

# **Sistema de classificação do conhecimento jurídico em artigos científicos da Ciência da Informação**

**Paulo Rogério Gonçalves Dantas** (USP) - paulo.rogerio.dantas@usp.br

**Edmilson Alves dos Santos Júnior** (FFCLRP/USP) - edmilson.santos@usp.br

**Deise Maria Antonio Sabbag** (USP) - deisesabbag@usp.br

## **Resumo:**

*O presente estudo analisa as classificações do conhecimento jurídico em artigos da Ciência da Informação partindo da premissa de que poucos artigos publicados abordam essa temática. Para isso foram selecionadas duas das principais bases de dados, uma de âmbito nacional e outra internacional, utilizadas por estudantes e profissionais da Ciência da Informação. Foram definidos 29 expressões de busca a partir da análise sintática do nome da classificação bibliográfica criada por Dóris Queirós de Carvalho. A partir da análise dos documentos recuperados nas duas bases, constatou-se que no total havia apenas 4 artigos relevantes, sendo que um deles foi destacado por propor um novo sistema de classificação ao considerar as limitações da CDD e CDU e também por considerar a Classificação da Dóris desatualizada. Concluiu-se que o conteúdo científico na área da Ciência da Informação referente à classificação bibliográfica para bibliotecas jurídicas ainda é escassa embora os trabalhos recuperados são de grande importância para área.*

**Palavras-chave:** *Classificação Bibliográfica; Organização do conhecimento; Classificação Decimal do Direito; Classificação da Dóris*

**Eixo temático:** *Eixo 10: 5º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas.*

## **Resumo Expandido**

**Introdução:** Para que um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) disponibilize a informação torna-se necessário que essa seja explorada de modo positivo, materializando-se num índice de assunto dos documentos existentes na coleção. Os SRIs organizam e viabilizam o acesso aos itens informacionais por meio das atividades de representação das informações contidas nos documentos, do armazenamento e gestão física dos documentos e suas representações e da recuperação das informações e documentos armazenados (OLIVEIRA, 2008).

Para Dias e Naves (2007) os Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs) possuem três subsistemas: a) entrada: desenvolvimento de coleções, tratamento da informação e armazenagem; b) saída: análise e negociação de questões, estratégia de busca, busca e disseminação; e c) administração: administra o sistema.

No contexto deste trabalho é importante contextualizar um SRI, que segundo Piedade (1983) pode ser definido como uma biblioteca convencional, porque é no interior destes que são utilizadas as linguagens documentárias. As linguagens documentárias são utilizadas na construção de índices (catálogos, bibliografias, índices de artigos de periódicos etc) que irão descrever os assuntos dos documentos que podem ser denominadas de “linguagem de indexação, linguagem documentária, linguagem de informação ou linguagem descritora” (PIEADADE, 1983, p. 9). São linguagens construídas para a indexação, armazenamento e recuperação da informação com o objetivo de traduzir os conteúdos dos documentos possibilitando a comunicação entre sistema e usuário (CINTRA, 2002); e também são linguagens que de acordo com o cabeçalho que utilizam podem ser caracterizadas como artificiais ou controladas. De acordo com Piedade (1983) as artificiais são divididas em dois grupos: pré-coordenadas e pós-coordenadas.

Especificamente aqui investigaremos a produção científica acerca de uma linguagem pré-coordenada hierárquica que representa o conhecimento jurídico, ou seja, a classificação bibliográfica utilizada em bibliotecas jurídicas brasileiras. Essas linguagens também são reconhecidas por teóricos da área de organização do conhecimento como sendo Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) que além de traduzir e sintetizar o conteúdo dos documentos com vistas a organização e recuperação, apresentam-se como ferramentas semânticas estruturadas sistematicamente para construção de modelos abstratos do mundo real, pois representam os conceitos de um determinado domínio (Hjørland (2007).

Portanto, este artigo tem como objetivo estudar quais Sistemas de Organização do Conhecimento da área jurídica, especificamente, os sistemas de classificação bibliográficos jurídicos, são abordados na literatura publicada em artigos científicos da área.

**Método da pesquisa:** O presente trabalho é um estudo descritivo e documental de natureza quali-quantitativa sobre artigos científicos que abordam a temática da classificação bibliográfica em bibliotecas jurídicas. Para o desenvolvimento analisou-se duas bases de dados da área da Ciência da Informação: a *Base Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)* e a *Library and Information Science Abstracts (LISA)* e foi definido um período de análise que variou de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2016.

Após a seleção dessas fontes, foram definidas as expressões de busca a partir da análise sintática do nome do sistema de classificação decimal, normalmente utilizado por bibliotecas brasileiras especializadas em Direito - *Classificação Decimal de Direito* e *Classificação da Dóris*.

Os termos selecionados foram relacionados por meio do operador booleano *AND* de modo a evidenciar o tipo de relação (específica ou genérica). A fim de obter melhores resultados de busca, as relações específicas foram selecionadas para a pesquisa e as relações genéricas descartadas. Para que fosse realizada a pesquisa na LISA as expressões foram traduzidas para o inglês (Tabela 2).

**Tabela 2 – Expressões de busca: português e inglês**

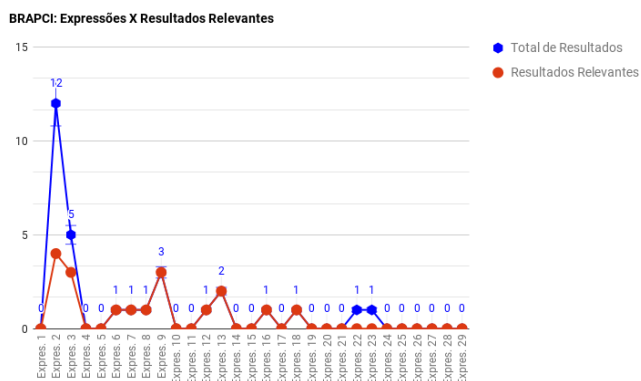
Expressão	Expressões em Português	Expressões em Inglês
Expressão 1	Classificação AND Doris	Classification AND Doris
Expressão 2	Classificação AND Direito	Classification AND Law
Expressão 3	Classificação AND Jurídica	Classification AND Legal
Expressão 4	Classificação AND "Biblioteca Jurídica"	Classification AND "Law Library"
Expressão 5	Classificação AND "Conhecimento Jurídico"	Classification AND "Legal Knowledge"
Expressão 6	Classificação AND "Documentação Jurídica"	Classification AND "Law Documentation"
Expressão 7	"Classificação Jurídica" AND Biblioteca	"Law Classification" AND Library
Expressão 8	"Classificação Jurídica" AND Documentação	"Law Classification" AND Documentation
Expressão 9	"Classificação Decimal" AND Direito	"Decimal Classification" AND Law
Expressão 10	"Classificação Decimal" AND "Biblioteca Jurídica"	"Decimal Classification" AND "Legal Library"
Expressão 11	"Classificação Decimal" AND "Conhecimento Jurídico"	"Decimal Classification" AND "Legal Knowledge"
Expressão 12	"Classificação Decimal" AND Documentação Jurídica	"Decimal Classification" AND "Legal Documentation"
Expressão 13	"Classificação Bibliográfica" AND Direito	"Bibliographic Classification" AND Law
Expressão 14	"Classificação Bibliográfica" AND "Biblioteca Jurídica"	"Bibliographic Classification" AND "Legal Library"
Expressão 15	"Classificação Bibliográfica" AND "Conhecimento Jurídico"	"Bibliographic Classification" AND "Legal Knowledge"
Expressão 16	"Classificação Bibliográfica" AND "Documentação Jurídica"	"Bibliographic Classification" AND "Legal Documentation"
Expressão 17	"Tabela de Classificação" AND "Biblioteca Jurídica"	"Classification Table" AND "Legal Library"
Expressão 18	"Tabela de Classificação" AND Direito	"Classification Table" AND Law
Expressão 19	"Tabela de Classificação" AND "Conhecimento Jurídico"	"Classification Table" AND "Legal Knowledge"
Expressão 20	"Tabela de Classificação" AND "Documentação Jurídica"	"Classification Table" AND "Legal Documentation"
Expressão 21	"Tabela de Classificação" AND Doris	"Classification Table" AND Doris
Expressão 22	Biblioteca AND "Documentação Jurídica"	Library AND "Legal Documentation"
Expressão 23	Biblioteca AND "Conhecimento Jurídico"	Library AND "Legal Knowledge"
Expressão 24	"Biblioteca Jurídica" AND Documentação	"Legal Library" AND Documentation
Expressão 25	"Conhecimento Jurídico" AND Documentação	"Legal Knowledge" AND Documentation
Expressão 26	"Classificação Jurídica" AND Doris	"Law Classification" AND Doris
Expressão 27	"Classificação Decimal" AND Doris	"Decimal Classification" AND Doris
Expressão 28	"Classificação Bibliográfica" AND Doris	"Bibliographic Classification" AND Doris
Expressão 29	"Tabela de Classificação" AND Doris	"Classification Table" AND Doris

Português = Expressões pesquisadas na BRAPCI  
Inglês = Expressões pesquisadas na LISA

Fonte: Elaborada pelos autores

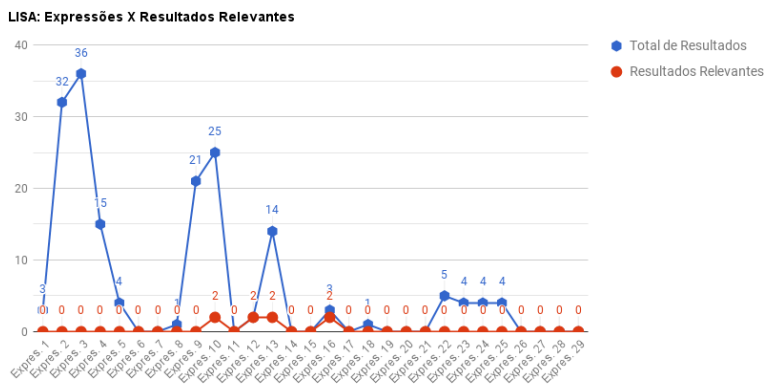
**Resultados e Discussão:** Na Base Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) houve resultados relevantes apenas para as expressões: 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 16 e 18 (Gráfico 1). Das dez expressões de busca sete recuperaram o Artigo 1; três recuperaram o Artigo 2; cinco recuperaram o Artigo 3 e nenhum recuperou o Artigo 4 (Tabela 3).

**Gráfico 1 – BRAPCI: Expressões X Resultados**



Fonte: Elaborado pelos autores

**Gráfico 2 – LISA: Expressões X Resultados**



Fonte: Elaborado pelo autor

Na *Library and Information Science Abstracts (LISA)* houve resultados relevantes para as expressões: 10, 12, 13, 16 (Gráfico 2). As quatro expressões de busca recuperaram o Artigo 1; a expressão 10 recuperou o Artigo 4. Os Artigos 2 e 3 não foram recuperados nessa base (Tabela 3).

**Tabela 3 – Artigos X Vezes Recuperado**

Artigos Recuperados X Vezes Recuperados

Artigo	Título	Vezes Recuperado	BRAPCI	LISA
Artigo 1	Organizacao tematica da doutrina juridica: elementos metodologicos para uma proposta de extensao da Classificacao Decimal de Direito.	14	7	7
	<i>Subject organization of law doctrine: methodological elements for an extension proposal to the brazilian law decimal classification</i>	3	3	0
Artigo 2	Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU	3	3	0
Artigo 3	Construção da tabela de classificação jurídica: relato de experiência da biblioteca da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP	0	0	0
	<i>Construction of the classification table law: report of library experience of Law School, Ribeirão Preto - USP</i>	5	5	0
Artigo 4	Appraisal of Classification Schemes and Their Effectiveness in Organizing Law Collections in Nigerian Law Faculties	1	0	1

Fonte: Elaborada pelos autores

Considerando-se os resultados apresentados a partir da análise dos documentos recuperados nas duas bases, constatou-se que no total havia apenas quatro artigos relevantes diferentes indicados na tabela 3. Ao comparar suas referências dos três primeiros artigos, percebeu-se que o único trabalho em comum foi a Classificação da Doris, diferenciando-se apenas pela sua edição.

Da análise dos artigos verificou-se que para Martinez e Guimarães (2008) é necessária uma expansão/ atualização da Classificação Decimal do Direito ou Classificação da Dóris. O artigo desses autores foi o mais recuperado nas duas bases de dados. O artigo 2, escrito por Tabosa, Cardoso e Albuquerque (2015) por meio de uma pesquisa bibliográfica identifica e analisa propostas de expansão/atualização dos sistemas de classificação bibliográfica de Carvalho (2002) e o de Holanda (2002) ambos da área do Direito. Já o trabalho desenvolvido por Silva e Celere (2013) ressaltam as limitações da Classificação Decimal de Dewey (CDD), da Classificação Decimal Universal (CDU) e a desatualização da Classificação da Dóris. Em forma de um estudo de caso as autoras discorrem acerca da classificação implantada na biblioteca da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP. Por fim o artigo 4 recuperado apenas na LISA escrito por Amusa e Iyoro (2011) analisa três sistemas de classificação (Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação K da Biblioteca do Congresso (LC) e a Classificação Moys para Livros de Direito (Moys) e propõe uma adequação desses sistemas para atender as necessidades das faculdades nigerianas de Direito.

**Considerações Finais :** Após as análises das informações coletadas em cada base de dados, fica evidente a escassez de conteúdo científico na área da Ciência da Informação referente à classificação bibliográfica para bibliotecas jurídicas. Percebe-se uma abordagem semelhante, na medida em que os artigos ressaltam a defasagem, a necessidade de expansão e de atualização de sistemas de classificações bibliográfico para coleções de bibliotecas do Direito.

Por fim, dentre os quatro artigos destaca-se o trabalho de Rocha e Celere (2013), que se torna uma referência nessa vertente, pois contribui com a área de classificação do conhecimento visto que analisam as limitações de alguns sistemas de classificação no que diz respeito as particularidades do Direito brasileiro e também por darem continuidade à semente plantada pela Dra. Dóris Queirós de Carvalho, não se limitando a modelos e sistemas já existentes, mas desenvolvendo um novo, o qual atende às necessidades dos usuários da contemporaneidade e as especificidades da unidade de informação em que atuam. Assim sendo, pode-se dizer que contribuíram para o campo acadêmico local e nacional porque a sua proposta poderá ser útil para outras bibliotecas do campo jurídico, seja para implantação ou para adaptação.

## Referências

AMUSA, O. I. ; IYORO, A. O. Appraisal of Classification Schemes and Their Effectiveness in Organizing Law Collections in Nigerian Law Faculties. **Library Philosophy And Practice**, Nebraska, s.v., s.n., p.1-10, 2011. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1561&context=libphilprac>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CARVALHO, D. de Q. **Classificação decimal de direito: Doris de Queiroz Carvalho**. Brasília: Presidência da República, 4 ed. rev. e atual, 2002. Disponível em:<<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/classificacao-decimal-de-direito/classif-decimal.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CINTRA, Anna Maria Marques et. al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2.ed. ver. ampl. São Paulo: Polis, 2002. Cap. 2.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Tesaurus, 2007. 116 p.

HJØRLAND, B. Knowledge Organization Systems. 2007. Disponível em: <[http://www.isko.org/cyclo/knowledge\\_organization](http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization)>. Acesso em: 15 jul 2017.

HOLANDA, M. E. A. de. **Classificação de Direito**. 3 ed. Fortaleza: Indexar, 2002.

MARTINEZ, M. L. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 1, p. 67-77, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/4942>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

OLIVEIRA, C. C. V. **A interação dos usuários da UFMG com o Catálogo online do Sistema Pergamum**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[www.gercinalima.com/mhtx/pages/prototipo-btdeci/dissertacoes/oliveira-ccv/folha-de-rosto.php](http://www.gercinalima.com/mhtx/pages/prototipo-btdeci/dissertacoes/oliveira-ccv/folha-de-rosto.php)>. Acesso em: 12 nov. 2012.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed.rev.aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

ROCHA, E. S. S.; CELERE, M. Construção da tabela de classificação jurídica: relato de experiência da biblioteca da faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 1, p.17-27, jan./dez. 2013. Anual. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/223>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

TABOSA, H. R.; CARDOSO, C. C. C. G.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU. **Biblionline**, v. 11, n. 1, p. 112-130, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19467>>. Acesso em: 16 jun. 2017.